

HISTÓRIA

EM
DEBATE

ANAIS DO XVI^º SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
PROFESSORES DE HISTÓRIA - RIO DE JANEIRO, 22 A 26 DE JULHO DE 1991.

HISTÓRIA EM DEBATE

Problemas, Temas e Perspectivas

ANPUH: 30 anos

CNPq

InFour

Tempo e Indivíduo na Modernidade: O Sentido da Morte.

Maria Helena Oliva Augusto

Em um texto que trata da crise do processo identificatório no momento contemporâneo, Castoriadis afirma a importância das significações compartilhadas para que a coesão social se mantenha e, portanto, para que própria sociedade permaneça. Ao mesmo tempo em que essas significações são instauradas, elas se concretizam em todas as instituições particulares da sociedade a que se referem, na qual exercem um tríplice função: a) estruturam suas representações do mundo, b) designam as finalidades das ações a serem desenvolvidas, indicando o que deve e o que não deve ser feito e, finalmente, c) estabelecem os tipos de afetos, de inclinações, que lhe são característicos. De todas as significações que são dessa forma produzidas, a mais importante é aquela que diz respeito à própria sociedade, sua representação de si. (Castoriadis, 1990: 125)

As sociedades modernas são formadas, segundo esse autor, pela emergência de duas significações centrais que são antinômicas entre si. *“Trata-se, de um lado da significação de expansão ilimitada de uma pretensa matriz pretensamente ‘racional’ sobre o todo, tanto a natureza quanto os seres humanos, que corresponde à dimensão capitalista das sociedades modernas; de outra parte, trata-se da significação da autonomia individual e social da liberdade, da pesquisa de formas de liberdade coletiva, que corresponde ao projeto democrático, emancipatório, revolucionário”.* (Castoriadis, 1990: 127)

A existência dessa dupla significação daria origem, em consequência, à representação de si que a sociedade moderna apresenta: concebe-se como o lugar do progresso e da racionalização ininterruptos, conduzindo a um progresso ampliado de produção e acumulação e, ao mesmo tempo, apresenta-se como o espaço onde é possível uma realização mais bem sucedida do ser humano. De certa forma, cada uma dessas significações supõe um tipo humano específico: a primeira, sugere a figura do empreendedor como seu tipo característico, exigindo em contrapartida, como sua outra metade - seu tipo “complementar” - o operário disciplinado que também é consumidor: à significação da autonomia, corresponde o indivíduo crítico, reflexivo, democrático. É bem verdade que a coexistência de ambas as significações

conduz a uma certa contaminação recíproca entre elas, da mesma forma que um certo espaço de troca entre os tipos humanos que lhes correspondem.

O que se pretende discutir aqui é a forma como essa dupla de contraditória significação, instituída com a modernidade, se efetiva no momento contemporâneo, e em que medida, a noção de tempo, a ela vinculada, interfere na possibilidade de realização do ser humano que trazia presente quando de sua emergência.

Para tanto, gostaria de destacar alguns aspectos envolvidos nessa discussão, que apenas analiticamente podem ser vistos de forma isolada, uma vez que mantém entre si relações de recíproca determinação e influência.

Não se pode esquecer, os homens são constituídos pela sociedade onde se inserem. A importância desse vínculo é ressaltada na teoria social pela indicação de que a sociedade "fabrica" indivíduos conformes às significações que a caracterizam, dando-lhe - e aos indivíduos - uma identidade.

A forma histórica de sociabilidade que emergiu no período moderno e que possibilitou o surgimento do conceito de indivíduo livre, bem como sua existência empírica, concretizou também a vigência de uma nova noção de tempo.

A noção moderna de individualidade sugere capacidade de auto-controle e de auto-regulação, ao mesmo tempo que supõe a competência humana para delinear projetos de vida. Essa suposição envolve a percepção do homem como sendo alguém cujas potencialidades não estão impedidas de realização, por quaisquer espécies de vínculos com o passado. No mesmo movimento, aponta para a possibilidade de auto-constituição e de projeção de um futuro, o que implica a inexistência de qualquer predeterminação. Nesse sentido, a continuidade da vida do indivíduo é, ao menos em parte, eleição. Seu destino não está fora dele: é seu destino.

A ausência de liames e de ataduras com o passado que essa concepção envolve está vinculada a uma forma de o homem encarar o destino como sendo algo que resulta de sua própria ação. A responsabilidade daí advinda envolve, também, profunda alteração no significado da morte. Se a vida aparece como espaço de construção - de si próprio, da sociedade, do futuro, de um projeto - possibilitado pela experiência fornecida pelo passado, a morte deixa de ser o momento da passagem para outra existência e adquire o sentido de limite - intransponível e inexorável - da vida. O reconhecimento de tal limite contrapõe a constatação da finitude à idéia de eternidade e, no mesmo movimento, aponta para a irrepetibilidade do momento presente, fazendo ressaltar o reconhecimento de quão irreversível é o tempo em oposição à sua percepção como repetição cíclica de situações.

A noção de indivíduo é, assim, contemporânea do reconhecimento da finitude da vida. Como conseqüência, a realização individual exige que cada um deixe marcas de sua passagem, marcas estas que caracterizarão a plenitude ou o vazio de uma existência. Há quem afirme que, se não existisse a morte, os homens em sua maioria seriam honestos porque, freqüentemente, a desonestidade é uma conseqüência da falta de tempo: o temor de perder para sempre o que não se tenha obtido hoje (*Heller, 1987: 387*). De certa forma, é a consciência do fim que alimenta o presente. Neste sentido, a relação com a morte expressa a maneira como é assumida a relação com a vida, tanto quanto seu significado.

É neste ponto que se entrecruzam as representações que a sociedade moderna constrói com relação a si própria - seu desejo de ser, o tipo humano que a caracteriza e a noção de tempo que está nela presente.

No momento contemporâneo, a única significação verdadeiramente presente e dominante, das duas apresentadas anteriormente, é a significação capitalista. Propõe a expansão indefinida da matriz, pretensamente racional, esvaziada de qualquer conteúdo que, no passado, lhe outorgava vitalidade. A própria ideologia do progresso, que dava um sentido tanto quanto à história quanto aos projetos de futuro, tomba agora em ruínas. A tradução subjetiva, para a maioria das pessoas, desta significação e desta realidade, não é outra senão o crescimento contínuo do consumo e do lazer, tornado fim em si.

Este processo encontra alguma explicação na forma pela qual a temporalidade vem sendo vivida, no significado assumido, hoje, pelo tempo. A lógica dominante e as exigências da ordem social fazem com que este apareça marcado pela linearidade, pela ênfase no quantitativo em detrimento do qualitativo, pelo acento utilitarista. Trata-se, fundamentalmente, de um tempo progressivo, centrado na eficiência, na necessidade do esgotamento exaustivos das virtualidades do presente.

"A tendência a disciplinar-se de um modo completo e uniforme, em quase todos os aspectos e ocasiões, é característica do modelo de auto-controle / da sociedade contemporânea / (...) a regulação do tempo / que lhe é / típica (...) representa seu modelo de civilização e já não é pontual e particular, mas penetra toda a vida humana, sem permitir oscilações. É uniforme e inevitável."

(*Elias, 1989: 162*)

Como bem descreve Foucault, institui-se progressivamente nesta forma de sociabilidade, em que o produzir tem um tão grande destaque, uma

divisão cada vez mais esmiuçante do tempo, que possibilite seu aproveitamento integral; da mesma forma, é crescentemente necessária a garantia de qualidade do tempo empregado. Trata-se, portanto, da constituição de um tempo integralmente útil, que ao penetrar os corpos e ao impor-lhes eficácia e rapidez, apresenta como possibilidade sua utilização teoricamente sempre crescente. Dá-se, em consequência, uma aceleração cada vez mais intensa do ritmo do tempo. (*Foucault, 1977: 136-141*)

“Ganhar” tempo e não “perdê-lo” torna-se uma obsessão das pessoas: elas são esmagadas pelos ritmos e pelos programas que se lhes impõem através de todas as malhas sociais, tanto no trabalho quanto fora dele. A necessidade de uma boa gestão do tempo é internalizada, como o são todas as regras sociais mais importantes. Converte-se em imperativo. O indivíduo deve adequar seu próprio comportamento ao “tempo” estabelecido pelo grupo ao qual pertence. (*Elias, 1989: 135*) A temporalidade pessoal, cuja ritmo não acompanha o pulsar célere do tempo exterior, é por ele sobrepujada, converte-se em uma “colônia”. Homens e mulheres tornam-se, assim, seu próprio relógio interior e o instrumento de sua própria servidão temporal. A pressão por uma programação rígida do tempo penetra o cotidiano da vida, tanto social quanto individual. (*Chesneaux, 1983: 40*)

Por outro lado, o “império de efêmero”, a ênfase no instantâneo tornado hegemônico, a importância de um “agora” despojado de um significado, acabam por retirar toda a importância do passado, ao mesmo tempo que esvaziam a possibilidade de futuro. A noção de história, individual e social, que informa a emergência desta sociabilidade, desta temporalidade e desta individualidade, a própria possibilidade da constituição de uma identidade esfacelam-se, juntamente com a perda de sentido que a vida social apresenta, como fragmentação cada vez maior do tempo e com a importância que a instantaneidade assume.

É importante pensar, neste momento, a relação existente entre os elementos que foram destacados: é necessário enfatizar os anexos que articulam as significações sociais atuantes, a individualidade possível, a noção vivida de temporalidade e a percepção da morte.

Se cada momento histórico constitui seu tipo humano específico, o caráter típico de nossa época é apresentado como sendo a união, artificial e passageira, de um conjunto disperso de traços que não chegam a constituir um claro perfil humano, a manifestação de um conformismo generalizado. É nesta medida que se alude à individualidade possível, no mundo contemporâneo, como sendo um *patchwork* heteróclito ou de colagens, a identidade do *video-clip*.

Cada época da história elabora, da melhor forma que lhe seja possível, seus próprios mecanismos visando enfrentar o problema da morte. Como já foi dito, é a consciência da própria finitude e da necessidade de se “eternizar” através das obras que realize durante sua vida, que propiciou aos homens da modernidade, a forma do enfrentamento da morte.

No momento contemporâneo, como a vida perdeu o sentido - na própria medida que o sentimento da própria história ou o próprio sentido da história desapareceu - também não há significado para a morte. Há vários mecanismos que tentam afugentá-la, como se negá-la, de alguma forma, fosse garantia de sua não aproximação. Tratam-se dos mesmos mecanismos envolvidos no “fazer passar” a vida: o refúgio no imediato, a compartimentação entre gerações, a perda do senso de continuidade. O indivíduo moderno vive uma corrida alucinada para esquecer que vai morrer e que tudo o que faz não tem, estritamente, nenhum sentido. Sucumbe, assim, enquanto indivíduo, uma vez que o seu sentido de pertencimento é obnubilado e anulada a vivência de sua singularidade. Ao mesmo tempo, e em conseqüência, há cada vez maior insensibilidade quanto a forma pela qual a vida é vivida e pela qual a morte se apresenta. No Brasil, a tentativa de implantação e a manifestação popular sobre a pena de morte reflete, de certa forma, essa constatação.

O apresentado revela um momento crítico: perda do sentido da vida, perda do sentido da morte, vida social sem significado, individualidade impossibilitada. Haverá alguma forma de refazer significações, de reprojeter sentidos, de reconstruir promessa de indivíduos livres?

Alguns autores apontam para o redimensionamento do tempo presente como uma possibilidade de caminho. Tal redimensionamento exige uma nova relação com a tradição⁽¹⁾ e também com a morte, bem como um enfrentamento diferente do tempo, pelos indivíduos.

Relembra-se a necessidade de uma reação dos homens, trazendo a “luta pelo tempo” para o campo político. Essa reação deve estar presente tanto no lugar do trabalho - pela organização interna e pela duração do tempo do trabalho -, quando na vida privada - através de uma gestão do tempo pessoal, que dê lugar ao imprevisto, impeça o aprisionamento que o compromisso com a agenda ocasiona e que recuse também os mecanismos consumidores de tempo. (*Chesnaux, 1983: 52-53*)

Acredita-se que a sociedade possa fazer emergir outras significações se for capaz de ajudar-nos a reconhecer nossa finitude. Aqui está suposta uma outra maneira de ver o mundo e a moralidade humana, bem como o reconhecimento da obrigação que os homens do presente têm em relação aos que os antecederam e os que os seguirão. Nossas dívidas em relação às gerações futuras são semelhantes às aquelas que temos com às gerações passadas,

uma vez que nenhum dos homens contemporâneos seria o que é não fossem as centenas de milhares de anos de trabalho e de esforço daqueles que nos antecederam. (*Castoriadis, 1990: 134*)

Por outro lado, afirma-se ser inconcebível uma nova criação histórica que possa se opor, eficaz e lucidamente, a este informe bazar no qual vivemos se não for instaurada uma relação nova e fecunda com a tradição. Esta não significaria a restauração dos valores tradicionais como tais ou porque eles são tradicionais, mas uma atitude crítica capaz de reconhecer valores que foram perdidos. (*Castoriadis, 1990: 135*) Em outra abordagem, o passado é visto como a única referência concreta da qual podemos dispor para considerar a possibilidade de outras formas de organização social, o que significa que nele se podem procurar referências para um outro futuro. Aqui se encontra também a idéia de que o passado pode ajudar a enfrentar o presente (*Chesnaux, 1983: 53-54*)

Qualquer das duas considerações supõe a vinculação do passado ao futuro, através do presente, e resgata a observação que, já no século XIX. Tocqueville fez a esse respeito: *“Desde que o passado deixou de lançar luz sobre o futuro, a mente do homem vagueia nas trevas”*.

NOTA

- (1) Este traço merece ser destacado, à medida que significa uma reorientação na forma como o passado é considerado. O pensamento iluminista apresentava como um sinal de progresso o rompimento de quaisquer vínculos com o passado, o que vai ser extremamente criticado pelo pensamento conservador, que encara o passado como fonte de vida e sabedoria. A exigência da utilização do passado como referência para novas experiências, expressa por autores que, certamente, não podem ser identificados com o pensamento conservador, é algo que merece análise mais atenta.

BIBLIOGRAFIA

CASTORIADIS, Cornelius. 1990 *La crise du processus indentificatoire*. Toulouse; Ed. Erès, Connexions 55, 1990-1.

CHESNAUX, Jean. 1983 **De la modernité**. Paris; La Découverte/Maspero, 1983.

ELIAS, Norbert. 1989. **Sobre el tiempo**. México; Fondo de Cultura Económica, 1989.

FOUCAULT, Michel. 1977 **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis; Vozes, 1987.

HELLER, Agnes. 1987 **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona; Península, 1987.